

Esse número 21-2019 da Revista RES, além de trazer contribuições novas, completa a publicação de apresentações feitas no IV SIMPÓSIO DE ESTÉTICA, HERMENÊUTICA E SEMIÓTICA, realizado nos dias 20 e 21 de novembro de 2018, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, com o tema geral “ARTE, CRÍTICA E LIBERDADE”. O Simpósio tinha por objetivo “apreender os processos de construção crítica da arte, as formas como os sujeitos podem absorvê-la, conviver com ela e como esses processos se transcorrem nas instituições de ensino, ambientes de pesquisa e práticas e na própria cidade”.

Se a arte se origina do artesanato, a divisão entre arte e artesanato na antiguidade clássica foi demarcada pela divisão entre trabalho livre e trabalho escravo. Isso marca a prática social e o ensino até hoje, mesmo que na superfície tenham se modificado os fundamentos sociais, já por Platão, para distinguir sentidos espirituais (audição e visão) e sentidos corporais (os demais). Entender o homem como formado por corpo e alma reproduz a teologia de que o “cosmos” teria sido criado por um puro espírito a partir do nada. Essa estrutura duplicadora se reproduz na Filosofia da Arte, que entende o belo como aparição sensível da verdade, da ideia, *ἀλήθεια*. Isso se reproduz na política, em que a maquinaria corpórea do Estado deve ser governada por um princípio espiritual, seja ele representado por uma religião, pela constituição ou pela vontade do príncipe.

Como já foi dito em número anterior da Revista, o principal objetivo do citado evento foi a desconstrução crítica do modo como a Estética tem entendido a arte, as formas como os sujeitos podem absorvê-la e como tais processos transcorrem nas instituições de ensino e nas práticas da cidade. Sendo a Semiótica a área do conhecimento que se ocupa dos signos, do seu sentido e da comunicação social, obras artísticas carregam em si sugestões, mensagens, visões de fatos, contextos de mundo que buscam um diálogo dinâmico com seu público. Essa complexa contradição entre manipulação e espaço de liberdade exige elucidação teórica e tem consequências práticas.

No presente número tem-se a segunda parte do artigo “Arte, crítica e liberdade”, em que Flávio R. Kothe retoma os pressupostos teológicos da Estética, que são mais visíveis em pensadores dos séculos XVII e XVIII. O problema central é discernir a duplicação metafísica do mundo, do homem e da arte. Retoma a conceituação do estético segundo

paradigmas do piedoso, honesto e correto, o que envolve mudanças da “verdade” conforme lugares, meios e épocas. Examina a liberdade que o artista precisa ter para desenvolver sua busca de verdades que não podem ser ditas de outro modo e justificam a existência do artístico que se diferencia.

Reinaldo Guedes Machado celebra um autor de sua preferência, Hélio Oiticica, com seus famosos parangolés. Bem consciente do background histórico em que esse artista produziu sua obra, sendo ela uma contestação e uma resistência, a preocupação do autor se volta mais para a tensão dela com o modernismo racionalista em sua vertente abstrato-geométrica, como se fosse a valorização do dionisíaco em contrapartida ao apolíneo. Mostra como Oiticica encontra suas raízes em dois grandes marcos das vanguardas europeias, Mondrian e Kandinsky, não para imitá-los servilmente e sim para inventar a sua própria arte.

Retomando uma temática proposta por Vítor Hugo no prefácio de *Cromwell* sobre o grotesco e o sublime, Aline Zim examina a tensão entre a beleza de fragmentos de obras antigas e a feiura de corpos mutilados e incompletos. São obras que fazem em sua reminiscência um estranhamento ao que elas foram um dia. Ao ideal clássico de uma simetria numérica que pretende a perfeição se contrapõem forças vitais que deformam figuras, cenas e cenários para expressar dimensões recônditas da existência. O feio não está aí apenas para sublinhar o belo, pois como negação determinada ele abre espaço para a dialética potenciada dos opostos, abrindo o horizonte da obra para espaços que o apenas belo não teria.

Sônia Azeredo se volta para as sombras na pintura do período medieval até o expressionismo alemão, vendo a maneira com que se estabeleceram as mudanças da luz na representação de obras de arte. Novamente se tem aqui uma abertura para fatores antitéticos e, assim, entender a obra de arte como união de contrários, em que não há apenas uma harmonização deles, mas um contraste que os faz se transcenderem. Luz e sombra, ou sublime e grotesco, belo e feio, não estão aí para se harmonizarem, para compensarem um ao outro, para descontarem em um o que há a mais no outro, mas para se potenciarem mutuamente.

Erinaldo Sales comparece com um trecho de sua elogiada tese de doutorado, procurando ver como

as artes foram classificadas por Platão e Aristóteles, vendo em especial como os dois trataram das artes em relação aos sentidos do corpo e como elas são apreendidas. Com isso, ele retoma a discussão sobre a duplicação metafísica do mundo, mostrando como ela precede o cristianismo, no qual ela se tornou dogma e princípio absoluto de crença, em que a dimensão corpórea foi denegrada em função do alçamento do anímico.

Luciano Coutinho retoma a clássica *Iliada*, para mostrar como – numa passagem central – Homero transcende a perspectiva de a história ser só a perspectiva dos vencedores, calando os gemidos dos vencidos. Embora se reconheça a virtude dos guerreiros aqueus, as figuras mais “esféricas”, mais complexas e plurívocas estão entre os vencidos. Sintomático, nesse sentido, é Heitor. Quando este, ao proteger suas tropas do avanço dos invasores, fica do lado de fora do portão da cidade, exposto à sanha do exército inimigo e à fúria do grande guerreiro Aquiles, travando o combate que ele sabe que será a sua morte, tem-se o momento que decide toda a guerra. Este modelo vem sendo seguido pelas narrativas até hoje. É uma sinédoque, em que no âmbito do menor se representa o todo e se encena a história.

Vera Lúcia Oliveira, professora especializada na conexão entre literatura e psicanálise, faz aqui uma análise do romance *O duplo* de Dostoiévski. Esse romance de 1846, também traduzido como *O sóis*, adiantou diversas teses da psicanálise freudiana no século XX. Embora o autor se considerasse cristão, a ponto de propagar o amor ao próximo como solução para os problemas sociais, o que se tem nessa obra é a possibilidade de a “alma” não ser unitária, de ela conter tais contradições dentro de si que pode fazer aflorar em certos momentos a duplicação da

personalidade.

Tiago de Carvalho retoma a figura proeminente do modernismo paulistano, Mário de Andrade, para estudar “A meditação sobre o Tietê”. Uma pergunta subjacente é como um rio forma um povo. Esse tema, trabalhado por Hölderlin em seus longos poemas sobre os rios Reno e Danúbio, foi objeto de intensos estudos de Martin Heidegger, que marcam a filosofia e a filologia. Talvez adepto de uma linha nacionalista do cânone, Tiago evita esse confronto, que é bastante evidente para os estudiosos da área, assim como parece evitar o confronto entre a poluição crescente do Tietê e a imagem do povo às suas margens, voltando-se para a metafísica existencial.

O arquiteto George Alex da Guia, especializado em planejamento urbano, nos traz um estudo que parece bem diferente, já que é voltado para o BIC, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, nos anos 2000. O que ele se pergunta, no entanto, é como as palavras são manipuladas pelo sistema bancário. A análise do discurso se torna estratégica para discernir as lógicas do sistema bancário. A internet nos induz a querer viver no futuro. A tecnologia da informação tende a manipular e controlar todo o mundo. É preciso desenvolver, então, metodologias para captar esses processos de exercício do poder.

Flávio R. Kothe
Júlio César Brasil
Luciano Coutinho